

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Licitatório nº 085/2019

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019

DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde (RSS), conforme especificações do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos eletrônicos, conforme especificações do Termo de Referência/Projeto Básico.

Ao **MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA** e à Comissão de Licitação responsável pelo processamento e julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019**.

A **SERQUIP – TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA**, pessoa jurídica devidamente constituída, inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0001-90, situada na Avenida Brasília, nº 5365, Fazendas das Baronesas, Santa Luzia/MG, CEP 33.120-510 vem, interpor, TEMPESTIVAMENTE, nos termos do disposto no art. 41 e seus parágrafos da Lei 8.666/93, nos termos que se seguem, a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA** do Pregão Presencial 052/2019, nos termos e fundamentos a seguir expostos.

I - FUNDAMENTOS

1.1 - DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Conforme se extrai do edital ora impugnado, o Administrador vedou a subcontratação por parte do vencedor do certame, vide item 22.7:

22 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.7 – É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Pregão Presencial.

2. Ora, *data máxima vênia*, razão não assiste à Administração Pública em vedar a subcontratação, sob o argumento de que tal prática traria insegurança jurídica, caso houvesse necessidade de acionar o judiciário.

3. Isto, pois, em caso de qualquer desentendimento que enseje no acionamento do judiciário, poderá a Administração Pública acionar diretamente o contratado, que se responsabiliza pelos serviços prestados pelo subcontratado.

4. Ora, Nobres Julgadores, a Impugnante é empresa amplamente conhecida no ramo, sendo líder de mercado por prestar sempre os serviços contratados de forma digna e com cautela.

5. A vedação da subcontratação impediria que a Impugnante participasse do certame em questão, diminuindo assim o nível dos serviços prestados.

6. Ademais, a própria lei 8.666/1993 possibilita a subcontratação por parte do contratado, veja-se:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

7. O próprio legislador admite tal prática, por entender que não enseja em insegurança jurídica para a Administração Pública, que em qualquer caso poderá acionar o judiciário em face do contratado, que é o garantidor da prestação dos serviços.

8. Nesse mesmo sentido, é o entendimento da doutrina quando se trata de subcontratação:

“A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. (Pág. 791, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, Marçal Justen Filho, 2009).”


9. De tal modo, resta claro que a subcontratação não gera qualquer insegurança jurídica à Administração Pública, razão pela qual, pugna a Impugnante pela reforma do edital, a fim de que se retire a vedação dada pelo item 19.6.

- CONCLUSÃO E PEDIDOS

10. Diante do exposto, requer seja esta acolhida, a fim de que, acolha os argumentos trazidos pela presente Impugnação para que seja reforçado o Edital, a fim de atribuir maior segurança à Administração Pública e à sociedade de que seu objeto será de fato cumprido.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 17 de Setembro de 2019.


SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA -

05.266.324/0001-90
SERQUIP TRATAMENTO DE
RESÍDUOS MG LTDA
Av. Brasília, 5365
B. Fazenda Baronessas - CEP 33120-510
SANTA LUZIA - MG